

Nardoni deixa prisão 16 anos após morte da filha

Juiz diz que condenado por homicídio de Isabella Nardoni em 2008 deve cumprir o restante da pena de 31 anos em regime aberto, podendo trabalhar, mas ficando em casa à noite. Ministério Público foi contra a medida

GUILHERME QUEIROZ
gabriel@globo.com.br

A Justiça de São Paulo determinou que Alexandre Nardoni deixe o presídio em Tremembé, no interior paulista, onde ele estava preso pelo assassinato da filha, Isabella Nardoni, em 2008. A decisão foi publicada ontem e Nardoni foi liberado às 17h20m. Ele deve cumprir o restante da pena de 31 anos de prisão a que foi condenado em regime aberto.

A progressão para o regime aberto foi pedida pela defesa e teve parecer contrário do Ministério Público. Mas o juiz José Loureiro Sobrinho considerou em sua decisão que Nardoni mantém boa conduta dentro da prisão, cumpriu mais da metade da pena e estava unificando das saídas temporárias do regime semiaberto, sempre retornando para a unidade prisional desde quando obteve o benefício, em 2019.

Loureiro Sobrinho determinou que o réu cumpra o restante da pena em casa, devendo comparecer a cada três meses à Vara de Execuções Penais. Nardoni deve permanecer em sua residência entre as 20h e as 6h, podendo sair para trabalhar. Ele não pode frequentar bares, casas de jogos ou "outros locais incompatíveis com o benefício conquistado", avisou o juiz.

Anna Carolina Jatobá, condenada pelo crime ao lado de Nardoni, foi solta em



Solto à tarde, Alexandre Nardoni, já deixou prisão



Jogada da janela, Isabella e com a mãe, Anna Carolina Oliveira, minutos depois da morte aos 5 anos



Junho de 2023, quando também progrediu para o regime aberto

Alexandre Nardoni não admite o assassinato da filha. Em entrevista ao blog True Crime em abril, o pro-

motor Luiz Marcelo Negri defendeu que ele não deveria ir para o regime aberto por não ter assumido a autoria do homicídio.

— É um crime muito grave para ele ter o benefício da li-

berdade agora — opinou Negri na entrevista. O promotor pediu à Justiça que Nardoni só progredisse para o regime aberto após ser submetido ao chamado teste de Rorschach,

que mensura traços da personalidade do indivíduo a partir da exibição de placas com manchas simétricas.

EXAME CRIMINOLÓGICO
No mês passado, foi feito um terceiro exame criminológico de Nardoni em Tremembé. Em um trecho do relatório sobre o exame, segundo o blog True Crime, "o sentenciado demonstra ter consciência da gravidade do fato", mas não mostra arrependimento. "Seus sentimentos são de dor pela perda da filha. Ao longo dos anos, tem interposto recursos, reunindo elementos novos, alguns não considerados, visando a provar sua inocência e chegar ao verdadeiro culpado", diz o documento, assinado pela assistente social Adriana Campos em 19 de abril.

Em 29 de março de 2008, Isabella de Oliveira Nardoni, então com 5 anos, foi jogada da janela do prédio onde Nardoni morava com a mulher, Anna Carolina Jatobá. De acordo com um laudo de autópsia, o corpo da criança apresentava sinais de estrangulamento, além de fraturas na queda.

O casal chegou a alegar que o crime foi cometido por um intruso no apartamento, mas a investigação mostrou que não havia sinais de arrombamento ou de furto na residência. A perícia encontrou manchas de sangue no quarto e observou que a tela de proteção havia sido cortada com tesoura. Nardoni e Anna Carolina foram considerados culpados por um júri popular.

Na sentença do julgamento, o juiz Maurício Fossen ressaltou a frieza do casal, que, segundo a denúncia, passou um dia "relativamente tranquilo com a vítima, passeando com ela pela cidade", antes de investir "de forma covarde" contra a menina.

Os promotores se basearam nos relatos de testemunhas e nos laudos periciais para afirmar que Anna Carolina feriu a criança com uma chave e a esganou, deixando-a inconsciente. Depois, segundo a acusação, Alexandre fez a própria filha passar pelo buraco na rede da janela e, segurando-a pelos braços, jogou Isabella do sexto andar.

Motorista de acidente com Porsche se entrega à polícia

Fernando Sastre Filho teve prisão decretada e é réu por homicídio e lesão

O empresário Fernando Sastre de Andrade Filho se entregou ontem à Polícia Civil em São Paulo, mais de um mês após ter se envolvido em um acidente que causou a morte do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana na Avenida Salim Farah Maluf, no Tatuapé, na Zona Leste. Sastre Filho teve a prisão preventiva decretada pela Justiça na sexta-feira, depois de três pedidos oferecidos pela polícia e pelo Ministério Público serem inicialmente recusados.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), o empresário se entregou à polícia à tarde e foi mantido provisoriamente na 5ª Delegacia Seccional (Zona Leste), onde a prisão foi registrada. Na sequência, ele será encaminhado para uma audiência de custódia, de acordo com a secretaria.

Sastre Filho é réu por homicídio doloso qualificado de Orinaldo e lesão corporal gravíssima de Marcos Vinicius Machado Rocha, amigo que estava no Porsche com o

empresário. Os dois crimes podem levar a uma condenação de até 20 anos. Na madrugada de 31 de março, ele dirigia em alta velocidade um Porsche quando colidiu contra o carro conduzido por Orinaldo, que morreu aos 55 anos. O laudo pericial mostrou que o veículo do empresário atingiu 156 km/h pouco antes da colisão.

BUSCA NOME DE SEMANA
Os policiais militares que atenderam à ocorrência liberaram o empresário sem



Chegada: Sastre Filho na delegacia, motorista de aplicativo morreu em batida

exigir que ele fizesse o teste do bafômetro, quando a mãe o tirou do local que dizia que o levaria para o hospital, o que não foi feito. Um inquérito policial militar apura a conduta dos PMs. De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia posteriormente, Sastre Filho aparentemente bebeu.

encontrado, e por isso foi considerado foragido.

A defesa de Sastre Filho impetrou um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O caso foi distribuído para a ministra Daniela Teixeira, que ainda não decidiu. Antes de a prisão ser decretada, o empresário concedeu uma entrevista ao "Fantástico", da TV Globo, que foi veiculada no domingo. Na ocasião, ele admitiu que a mãe não o levou ao hospital depois do acidente, mas para casa. E afirmou que não bebeu na noite da batida, quando esteve em um restaurante e depois foi para um jogo de pôquer.

— Eu tomei água, eu pedi água — afirmou no programa, em que também alegou que não se lembrava de seu histórico de multas por alta velocidade.

Campanha ampliará registro civil de nascimento

Realização do CNJ com a Justiça vai procurar emitir documentos especialmente para populações socialmente vulneráveis

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em colaboração com as Justiças Federal e dos estados, vai promover dos dias 13 a 17 a segunda edição da Semana Nacional do Registro Civil — Registre-se!, uma campanha para combater o subregistro civil de nascimento no país e ampliar o acesso à documentação civil básica. A ação será promovida em todo o país.

A campanha visa a atender

em especial a população em cumprimento de medidas de segurança, carcerária, mantida em manicômios, ex-prisioneiros e indígenas. Mas outros segmentos da população socialmente vulnerável também serão beneficiados.

Serão oferecidos os serviços de emissão de 2ª via de registro de nascimento, registro tardio de nascimento e óbito, reconhecimento de paternidade ou maternidade, retificação

de nome e a segunda via de certidão de nascimento para quem deixou a cidade natal. A campanha também vai realizar a alteração de prenome e gênero, o reconhecimento de paternidade, a atualização do CadÚnico, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da tarifa social e do Bolsa Família, além de dar orientação jurídica e encaminhamento de serviço social. Os pontos de aten-



De 13 a 17. Serão oferecidos serviços como emissão de 2ª via de registro de nascimento e retificação de nome

dimento em cada estado podem ser conferidos no site do CNJ (<https://www.cnj.jus.br/corregedoria/cnj/semana-nacional-do-registro-civil-registre-se/>).

Os oficiais de Justiça atenderão prioritariamente aos pedidos de certidão feitos pela ação. A campanha, criada pela Corregedoria Nacional de Justiça, na gestão do ministro Luís Felipe Salomão, faz parte do Programa de Enfrentamento ao Subregistro Civil e Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis. A primeira edição foi entre 8 e 12 de maio do ano passado.